



Água potável mais segura para todos os europeus

Bruxelas, 1 de fevereiro de 2018

A legislação europeia revista apresentada hoje pela Comissão vai melhorar a qualidade e o acesso a água potável e oferecerá informações mais fiáveis aos cidadãos.

O direito de aceder a serviços essenciais de qualidade, incluindo o acesso a água, é um dos princípios consagrados no [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#), aprovado por unanimidade pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira de Gotemburgo. A proposta legislativa hoje apresentada visa garantir esse direito e, desse modo, vem dar seguimento à primeira iniciativa de cidadania europeia bem-sucedida, «[Right2Water](#)», que recolheu 1,6 milhões de assinaturas em favor da melhoria do acesso a água potável para todos os europeus. Além disso, a presente proposta pretende reforçar os poderes dos consumidores garantindo que os fornecedores de água fornecem aos consumidores informações mais claras sobre o consumo de água, sobre a estrutura de custos, bem como o preço por litro que permitam uma comparação com o preço da água engarrafada. Esta proposta contribuirá para realizar objetivos ambientais de redução da utilização desnecessária de plástico e de limitação da pegada de carbono da UE, bem como para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Primeiro Vice-Presidente da Comissão, Frans **Timmermans**, declarou: «*Os cidadãos fizeram ouvir a sua voz de forma determinada e clara através da Iniciativa de Cidadania Europeia, apelando à adoção de medidas que garantam o acesso a água potável. Ouvimos e tivemos em conta o seu apelo e fizemos uma análise exaustiva da legislação europeia existente. Portanto, hoje propomos modernizar a legislação da UE, a fim de melhorar a qualidade da água potável e de facilitar o acesso dos cidadãos onde este é mais importante. Juntos podemos e devemos proteger a saúde e a segurança dos nossos cidadãos.*»

O Vice-Presidente Jyrki **Katainen**, responsável pelo emprego, crescimento, investimento e competitividade, declarou: «*Com esta proposta, facilitamos a transição para uma economia circular, apoiando os Estados-Membros a adotar métodos mais eficientes de gestão dos recursos de água potável. Tal implica a redução do consumo de energia e das perdas desnecessárias de água. Graças a uma maior transparência, a proposta permitirá igualmente capacitar os consumidores, levando-os a fazer escolhas mais sustentáveis como, por exemplo, a utilização de água da torneira.*»

A maioria das pessoas que vivem na UE beneficia de um muito bom acesso a água potável de alta qualidade. Esta situação resulta da existência de legislação da UE de longa data que protege os europeus, assegurando que têm acesso a água potável de alta qualidade. A Comissão quer assegurar-se de que essa alta qualidade é preservada a longo prazo. A regulamentação que a Comissão propõe hoje atualizar contribuirá para **melhorar a qualidade e a segurança da água** mediante o aditamento de novas substâncias à lista de critérios para determinar a segurança da água (tais como a legionela e os cloratos). Estes aditamentos têm em conta os mais recentes conhecimentos científicos e recomendações da Organização Mundial de Saúde.

Segundo as novas regras, os Estados-Membros deverão **melhorar o acesso de todas as pessoas, sobretudo dos grupos vulneráveis e marginalizados**, que atualmente têm dificuldades de acesso a água potável. Na prática, tal implica criar equipamentos para o acesso a água potável em espaços públicos, lançar campanhas para informar os cidadãos sobre a qualidade das águas que consomem e incentivar as administrações e edifícios públicos a providenciar acesso a água potável.

Outra mudança importante na legislação permitirá ao público um acesso fácil e convivial – inclusive através da Internet – a **informações sobre a qualidade e o abastecimento de água potável** na área onde vivem, melhorando assim a confiança na água da torneira. De acordo com as [estimativas](#), as novas medidas permitirão reduzir os potenciais riscos sanitários associados à água potável de 4 % para menos de 1 %.

Além disso, a redução do consumo de água engarrafada pode **ajudar as famílias europeias a poupar mais de 600 milhões de euros por ano**. Graças a uma maior confiança na água da torneira, os cidadãos podem igualmente contribuir para reduzir os resíduos de plástico provenientes da água engarrafada, incluindo o lixo marinho. As garrafas de plástico são um dos produtos de plástico descartável mais comuns encontrados nas praias europeias. Com a atualização da Diretiva Água Potável, a Comissão avança com uma importante etapa legislativa na execução da [Estratégia para os](#)

[Plásticos da UE](#), apresentada em 16 de janeiro de 2018.

Uma melhor gestão da água potável por parte dos Estados-Membros **permitirá evitar desperdícios de água evitáveis** e contribuir para **reduzir a pegada de carbono da UE**. A proposta irá, por conseguinte, dar um importante contributo para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 (Objetivo n.º 6) e dos objetivos do Acordo de Paris sobre alterações climáticas. Graças à nova abordagem baseada na análise dos riscos de segurança, os controlos de segurança serão mais orientados para os casos onde os riscos são mais elevados. Em paralelo, a Comissão irá também acelerar os trabalhos sobre a normalização, a fim de garantir que os produtos de construção no setor da água em todo o mercado interno da UE, tais como tubagens e reservatórios, não poluem a água potável.

Contexto

A maioria das pessoas que vive na UE beneficia já de um muito bom acesso a água potável de alta qualidade, especialmente em comparação com os habitantes de outras regiões do mundo, em parte graças a mais de 30 anos de legislação da UE sobre a qualidade da água potável. Esta política garante que a água destinada ao consumo humano pode ser consumida com segurança, protegendo a saúde dos cidadãos. Os principais pilares desta política procuram:

- Assegurar que a qualidade da água potável é controlada através de normas com base nos dados científicos mais recentes;
- Garantir o controlo, a avaliação e a aplicação eficazes e eficientes da qualidade da água potável;
- Fornecer aos consumidores informações adequadas, oportunas e corretas.

A revisão da Diretiva Água Potável (98/83/CE) foi incluída no programa de trabalho da Comissão para 2017, no seguimento direto da Iniciativa de Cidadania Europeia *Right2Water*. A proposta vem na sequência da [avaliação REFIT da Diretiva Água Potável](#) e é acompanhada de uma avaliação de impacto e de recomendações da OMS.

Para mais informações

[Proposta de diretiva revista](#)

[Avaliação de impacto](#) e [resumo da avaliação de impacto](#)

[Ficha informativa: Água potável mais segura para todos os europeus](#)

[Resposta da Comissão à iniciativa de cidadania *Right2Water*](#)

[Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#)

[Diretiva Água Potável](#)

[Estratégia para os Plásticos da UE](#)

[Revisão da Diretiva Água Potável](#)

IP/18/429

Contactos para a imprensa:

[Enrico BRIVIO](#) (+32 2 295 61 72)

[Iris PETA](#) (+32 2 299 33 21)

Perguntas do público em geral: [Europe Direct](#) pelo telefone [00 800 67 89 10 11](#) ou por [e-mail](#)